



**Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0449146/2019**

**PA COPAM Nº:** 26421/2015/001/2019

**SITUAÇÃO:** Sugestão pelo Deferimento

**EMPREENDEDOR:** AREIA SÃO JOSÉ EXTRAÇÃO,  
COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA - ME **CNPJ:** 04.693.661/0001-09

**EMPREENDIMENTO:** AREIA SÃO JOSÉ EXTRAÇÃO,  
COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA (DNPM/ 830.409/2004) **CNPJ:** 04.693.661/0001-09

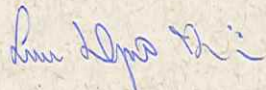
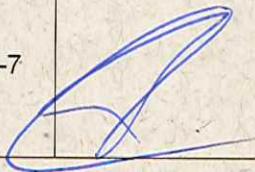
**MUNICÍPIO:** ARAGUARI **ZONA:** RURAL

**CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:**

- Localização prevista em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas.

CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-03-01-8	EXTRAÇÃO DE AREIA E CASCALHO PARA UTILIZAÇÃO IMEDIATA NA CONSTRUÇÃO CIVIL	2	1

CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:	REGISTRO:	ART
Fernanda Luiza Silva de Oliveira	CREA GO-1018243232/D	14201900000005341190

AUTORIA DO PARECER	MATRÍCULA	ASSINATURA
Lucas Dovigo Biziak Gestor Ambiental	1.373.703-6	
De acordo: Rodrigo Angelis Alvarez Diretor Regional de Regularização Ambiental	1.191.774-7	





**Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0449146/2019**

O empreendimento AREIA SÃO JOSÉ EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA (DNPM/830.409/2004) atua no ramo de mineração, exercendo suas atividades na zona rural do município de Araguari – MG e Tupaciguara - MG. Em 25/06/2019, foi formalizado, na Supram TM/AP, o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado de nº 26421/2015/001/2019, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

A atividade do empreendimento objeto deste licenciamento é a extração de areia, com a produção bruta de 9.900,00 m³/ano. Os parâmetros informados justificam a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista a incidência de potencial poluidor médio e porte pequeno para a atividade desenvolvida, além da incidência de critério locacional, pela localização do empreendimento em Reserva da Biosfera.

Insta frisar que o processo de licenciamento ocorre apenas para a área de lavra, já que o paiol foi licenciado por meio de AAF (7008/2016), estando localizado em uma Fazenda próxima, matrícula 49.980, local conhecido como Fazenda do Mangue. Estando a área em zona rural, foi apresentado registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR) nº MG-3103504-EED0.C2B8.81FA.4ADE.8AB6.B462.47F6.EF9C para a Reserva Legal, com adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Segundo informado no RAS, o estágio atual da atividade é de projeto. A área total do empreendimento é de 49,74 hectares (área de lavra). Trabalharão no empreendimento 4 funcionários. Os principais insumos a serem utilizados nas atividades serão: Óleo diesel e lubrificante. O consumo mensal de combustível é estimado em 3.000 L. Os Equipamentos de desmonte, carregamento, transporte e disposição serão: 2 caminhões, 1 draga e 1 Pá carregadeira. Quanto ao uso da água no empreendimento, para o processo produtivo (dragagem de curso d'água), o uso foi outorgado pelo órgão ambiental, por meio de renovação da Portaria 2204/2016. Para a finalidade de consumo humano, o empreendimento fará uso de galões de água que serão comprados conforme demanda.

Como principais aspectos ambientais inerentes às atividades e devidamente mapeados no RAS, os quais podem gerar impactos, têm-se a geração de efluentes líquidos e atmosféricos, além de resíduos sólidos. Quanto às medidas mitigadoras, para os efluentes líquidos, os de natureza sanitária serão armazenados em banheiros químicos, sendo que após acúmulo, o efluente deve ser destinado corretamente por meio de empresa regularizada. Os de natureza do processo produtivo deverão focar na questão de decantação e drenagem, evitando o arraste de partículas sólidas pelas águas pluviais e de processo, aumentando a turbidez e assoreando os cursos d'água, sendo assim, deverá ser monitorada a eficiência do sistema de drenagem conjunto com sistema de bacias de contenção e curvas de nível. Além disso, um sistema de bandeja metálica deverá ser instalado sob o conjunto de bomba de dragagem, de forma a reter e armazenar óleo e graxa que possa vazar do equipamento. Os efluentes atmosféricos emitidos pelas máquinas e equipamentos que queimam óleo diesel deverão ser monitorados. Além disso, deverá aplicar a aspersão de água nas vias de tráfego de veículos do empreendimento nos períodos de estiagem com caminhão pipa.

Em relação aos resíduos sólidos, o empreendimento deverá dispor de recipientes específicos dentro da empresa, para coleta destes resíduos. O acondicionamento deverá ser feito em local fechado, coberto e impermeabilizado. A destinação deverá ser feita por empresas regularizadas para realizar o tratamento ideal destes materiais. O resíduo doméstico deverá ser destinado a aterro sanitário/aterro classe II;





**Continuação do Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0449146/2019**

As sucatas e materiais recicláveis deverão ser acondicionados em tambores para posterior destinação a empresas de reciclagem. Os resíduos perigosos (estopas, filtro de óleo e frascos de óleo) deverão ser armazenados de forma a evitar a contaminação do solo e serem encaminhados para empresas licenciadas. O empreendedor deverá manter controle e monitoramento sobre a produção dos resíduos citados, além de seu acondicionamento temporário no empreendimento e destinação, visando sempre à diminuição da geração dos mesmos.

O empreendedor deverá monitorar a efetividade da contenção dos terraços e bolsões, além do desassoreamento das bacias de contenção após chuvas fortes ou persistentes, para evitar erosão do solo.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento "AREIA SÃO JOSÉ EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA (DNPM/ 830.409/2004)", no município de Araguari - MG", pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

"Esta licença não substitui a obrigatoriedade do empreendedor em obter título minerário ou guia de utilização expedida pela Agência Nacional de Mineração, nos termos do art. 23 da Deliberação Normativa COPAM nº 217 de 2017".





## ANEXO I

### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento "AREIA SÃO JOSÉ EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA (DNPM/ 830.409/2004)"

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes. <i>*Ressalta-se que, após as instalações necessárias ao funcionamento das atividades, fica o empreendedor na obrigação de cumprir com todas as condicionantes elencadas neste parecer.</i>	A contar da comprovação da instalação das estruturas e início da operação das atividades
02	Apresentar relatório técnico e fotográfico comprovando a construção de local para armazenamento de materiais, insumos e resíduos (acondicionamento e separação dos mesmos, contenção de vazamentos e risco, de acordo com normas técnicas vigentes).	Até 06 (seis) anos a contar da data de concessão da licença ou a partir da instalação e funcionamento das atividades
03	Apresentar relatório técnico e fotográfico com ART, demonstrando e atestando as medidas de preservação e conservação implantadas na propriedade, quanto a reserva legal, remanescentes florestais, APP, nascentes, conservação do solo, drenagem pluvial e conservação das vias de circulação.	Anualmente Após 06 (seis) anos a contar da data de concessão da licença ou a partir da instalação e funcionamento das atividades
04	Apresentar o Relatório Anual de Lavra (RAL) e as informações pertinentes à Movimentação da Produção Bruta, principalmente a produção mensal em m <sup>3</sup> .	Anualmente Após 06 (seis) anos a contar da data de concessão da licença ou a partir da instalação e funcionamento das atividades

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.





### IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM TM/AP, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);
- Os relatórios e análises de laboratórios deverão estar em conformidade com a Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 27 de outubro de 2017.

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*





## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento "AREIA SÃO JOSÉ EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ( DNPM/ 830.409/2004)"

#### 1. Efluentes Líquidos

Apresentar **ANUALMENTE** à Supram, Relatório técnico e fotográfico atestando o correto funcionamento dos banheiros químicos, além dos certificados emitidos por empresa regularizada para dar destinação ao efluente.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

#### 2. Efluentes Atmosféricos

Local de amostragem	Tipo de combustível	Potência nominal (MW)	Parâmetros	Frequência
Veículos movidos a óleo diesel	-	-	Fumaça Preta	Anual

**Relatórios:** Apresentar **ANUALMENTE** à SUPRAM TMAP os relatórios conclusivos dos resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem, se for o caso. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais. Os resultados apresentados nos laudos analíticos deverão ser expressos nas mesmas unidades e padrões de emissão previstos na DN COPAM nº 187/2013, na Resolução CONAMA nº 382/2006 e Portaria IBAMA 85/1996, quando pertinente;

**Método de amostragem:** Normas ABNT, CETESB ou Environmental Protection Agency – EPA.





### 3. Recursos Hídricos

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência de análise
A montante e a jusante do ponto de dragagem (as coletas deverão ser feitas durante o procedimento de dragagem)	Turbidez, Sólidos Sedimentáveis, Sólidos suspensos totais, Óleos e graxas	Semestral (período chuvoso e período seco)

**Relatórios:** Enviar **ANUALMENTE** a SUPRAM TM/AP até o 20º dia do mês subsequente, os resultados contendo as análises efetuadas; neste deverá conter as coordenadas geográficas dos pontos de amostragem, relatório fotográfico, justificativa da distância adotada para coleta de amostras a montante e jusante do ponto de dragagem, identificação, registro profissional e assinatura do responsável técnico pelas amostragens. As amostragens deverão verificar o atendimento às condições da Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 01/2008. O relatório deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises, acompanhado da respectiva anotação de responsabilidade técnica – ART.

### 4. Resíduos Sólidos

Apresentar **ANUALMENTE** à Supram os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 <sup>1</sup>	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma <sup>2</sup>	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(1) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(2) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo





8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)

9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.